

2 Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, os membros titulares e suplentes da  
3 CIB, cuja relação encontra-se apenso, técnicos dos municípios e da Secretaria de Estado da  
4 Assistência Social Trabalho e Habitação, contando ainda com a presença do atual secretário  
5 Senhor Serafim Venzon e da Coordenadora da CIB e Diretora da Assistência Social Sra. Dalila  
6 Pedrini, reuniram-se em seção Plenária Ordinária, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1 -  
7 Apresentação, 2 - Leitura e Aprovação da ata anterior. 3 - Cofinanciamento Estadual para CREAS e  
8 serviços de Alta Complexidade, 4 - Habilitação dos Municípios 5 - Cronograma de Reuniões da CIB  
9 2011; 6 - Informes Gerais. Inicialmente a Coordenadora da CIB, senhora Dalila Maria Pedrini,  
10 apresentou-se colocando-se como um agente técnico para a efetiva implementação do Sistema  
11 Único de Assistência Social – SUAS em Santa Catarina. A seguir passou a palavra ao Secretário  
12 Serafim Venzon, que deu boas vindas a todos os presentes, enfatizando a importância da  
13 Assistência Social e da necessidade de se romper com a cultura petrificada na mesma que ainda  
14 caracteriza a assistência social como caridade e bem-estar e se coloca com um parceiro dos  
15 municípios para a consolidação da política de assistência social em Santa Catarina, buscando junto  
16 ao Governo do Estado, do qual tem o apoio, recursos financeiros para a assistência social, tendo  
17 em vista o slogan de sua campanha do Governador: "As pessoas em primeiro lugar". Em seguida a  
18 coordenadora da CIB, solicitou aos presentes que se apresentassem e convidou o colegiado do  
19 COEGEMAS, para fazer parte da mesa. Logo a seguir foi apresentada a secretária executiva da CIB,  
20 Valéria Carvalho, a qual fez a leitura da ata, que submetida à apreciação, foi aprovada por  
21 unanimidade e com as devidas alterações. Em seguida foi apresentada a ordem do dia, na qual o  
22 Senhor Mário Hildebrand, Secretário Municipal de Blumenau, solicitou que fosse incluído no  
23 segundo item, as questões pactuadas na última reunião da CIB, em seis de dezembro de dois mil e  
24 dez que se refere à partilha de recursos estaduais para a construção de cinquenta e um CRAS, que  
25 deu origem a uma Portaria de número sessenta e três de dez de dezembro de dois mil e dez,  
26 subscrita pelo então Secretário de Estado, Antônio Derli Rodrigues da Costa, a qual foi aprovada  
27 pelo Conselho Estadual de Assistência Social por intermédio da Resolução 004/2010. Foi  
28 esclarecido pelo Senhor Jerônimo Gerente de Planejamento da SST que, como foi apresentado na  
29 última reunião plenária da CIB de 2010, estes recursos foram alocados nas Secretarias Regionais,  
30 faltando agora, uma regulamentação para que os mesmos sejam aplicados na construção dos 51  
31 (cinquenta e um) CRAS, cumprindo o disposto na pactuação da CIB e na resolução do CEAS de  
32 número 004/2010. Foi questionado pela Senhora Marli Nassif, Presidente do COEGEMAS, que  
33 além destes recursos terem sido alocados nas regionais, deve-se cumprir o acordado na CIB e Ata  
34 de reunião ordinária do CEAS, e que os municípios a serem contemplados devem ser os que foram  
35 elencados na ocasião, segundo critérios técnicos, conforme disposto na Planilha, em apenso.  
36 Desta feita, o atual secretário Senhor Serafim Venzon, comprometeu-se em agendar uma reunião  
37 com o Secretário do Planejamento e da Fazenda para garantir estes recursos, além de conversar  
38 com o governador para que se respeite o definido pelos representantes dos municípios de Santa  
39 Catarina, nas instâncias de pactuação e controle social. Em seguida foi apresentada a questão de  
40 cofinanciamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS), segundo planilha em  
41 apenso elaborada pelos técnicos da Gerência de Proteção Especial, e apreciada pela Câmara

42 Técnica. Em razão dos recursos estaduais disponibilizados serem os mesmos há três anos, a  
43 Câmara Técnica entendeu que devem ser co-financiados os mesmos municípios. No caso dos  
44 CREAS, serão co-financiados os mesmos 30 municípios desde dois mil e nove, totalizando dois  
45 milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais, tendo como critérios técnicos: o  
46 porte e a gestão municipal seguindo o disposto na Resolução da Comissão Intergestora Tripartite  
47 N.º 6 de 3/05/2010, acrescidos dos critérios de dois mil e nove, quais sejam habilitação em gestão  
48 básica ou plena, oferta de serviços e CRAS instalado. A Senhora Marli Nacif informou que há  
49 cinquenta e oito CREAS sem aporte de recursos da esfera estadual, os quais estão sendo mantidos  
50 com recursos da União e dos municípios e foi endossada pelos demais gestores. O Senhor Mario e  
51 Senhora Francisca, secretária municipal de Braço do Norte, manifestaram-se inconformados com  
52 o não financiamento dos demais municípios. No que se refere aos serviços de alta complexidade,  
53 planilha em anexo, serão beneficiados os mesmos cento e sete municípios de dois mil e nove,  
54 totalizando quatro milhões, quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais, tendo como  
55 critérios técnicos acordados na CIB: equipe mínima composta por um assistente social, um  
56 psicólogo e que atenda como limite máximo os municípios pertencentes a comarca onde se  
57 localizam os serviços. Foi proposto ainda que os recursos repassados sejam utilizados da seguinte  
58 forma sessenta por cento para custeio e quarenta por cento para investimento. Foi questionado  
59 pela senhora Francisca que quando não há regularidade na data para o repasse de recursos fica  
60 difícil pelo curto prazo, gastar o recurso em investimento. Úrsula colocou que o recurso em  
61 investimento pode ser utilizado não só para a execução dos serviços, como também pela gestão  
62 dos serviços de alta complexidade e que isto auxilia muito a gestão municipal. Jerônimo informou  
63 que a proposta do atual governo é de repasse mensal e regular. Foi enfatizado mais uma vez, a  
64 inconformidade dos gestores em estes recursos também não atingirem a todos os municípios do  
65 estado. Mas foi pactuado o co-financiamento para o CREAS e para alta complexidade, segundo  
66 apresentado. Em seguida, Ana Marila, técnica da GEPAS, apresentou os municípios que  
67 apresentaram documentação para habilitação em gestão básica e que foram analisados pela  
68 Câmara Técnica: Rio Rufino, Rio do Campo, Lindóia do Sul, Rio do Oeste e Novo Horizonte. Ana  
69 destaca que o município de São Pedro de Alcântara não conseguiu alterar a habilitação, em função  
70 do acordado pelo Juiz de Direito da Comarca, que entendeu ser permitida a composição de dois  
71 conselheiros para o conselho tutelar, o que difere da Lei Municipal, cujo Conselho Tutelar é  
72 constituído de cinco conselheiros, fato que fere o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e os  
73 requisitos do MDS para alteração de gestão. Mário coloca que o Município não pode ser  
74 penalizado, em função de orientação judicial e que é papel do município cumprir e depois  
75 questionar. Ana Marila coloca que esta informação foi verbal não tendo documento  
76 comprobatório. Desta feita foi solicitado que se faça uma visita técnica ao município para  
77 esclarecimentos e orientações ao gestor. Em seguida foi realizada a votação da habilitação dos  
78 municípios citados acima. O Sr. Mário solicitou que fosse colocado em ata um agradecimento  
79 especial ao trabalho que a câmara técnica vem realizando. Em seguida foi definido o cronograma  
80 das Reuniões da CIB de 2011, planilha em anexo e foi aberta a palavra aos presentes para  
81 informes gerais: a senhora Dalila falou sobre o processo de capacitação que será realizado pela  
82 SST em parceria com o CEAS e FECAM, cumprindo deliberação da reunião da CIB de dezembro de  
83 dois mil e dez. O tema do evento será: "Capacitação acerca do processo de inscrição da rede

84 socioassistencial não governamental nos conselhos municipais de assistência social ” e destina-se  
85 a conselheiros e gestores de assistência social , tendo como objetivo instrumentalizar conselheiros  
86 e trabalhadores da assistência social acerca da operacionalização da Resolução nº 16/2010 do  
87 CNAS, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e assuntos correlatos.  
88 Salientou ainda, que os eventos serão realizados em quatro municípios do estado dividido por  
89 regiões: Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis terá como local o município de Florianópolis;  
90 Região Sul ocorrerá em Criciúma; no Planalto e Meio Oeste será em Lages e no Extremo Oeste em  
91 Chapecó. Salientou ainda que maiores informações sobre esta capacitação encontra-se na página  
92 da Secretaria. A Senhora Dalila informou que estão envidando esforços para que o Governo do  
93 Estado garanta o pagamento da hospedagem dos representantes das Organizações Não  
94 Governamentais. Outro informe foi efetuado pela Senhora Marli Nassif, comunicando que haverá  
95 eleição do COEGEMAS no dia 05 de abril de 2011, no Centro de Ciências Jurídicas da UNIPLAC, no  
96 município de Lages. Em seguida, Samantha, técnica da Gerência de Política de Assistência Social,  
97 informou sobre o andamento do acórdão do TCU, que estão elaborando um cronograma de  
98 visitas para constatar como os municípios estão se organizando para cumprir o referido acórdão. A  
99 Senhora Marli solicitou que a secretaria proceda aos seguintes encaminhamentos para que a  
100 Política de Assistência Social possa avançar no estado: 1- Definição de um percentual,  
101 regulamentado em lei para a assistência social, propondo cinco por cento , mas destaca que será  
102 uma luta que todos têm que pleitear para definição de um orçamento para a área. Se não forem  
103 garantidos os cinco por cento tem que se continuar lutando para ir ampliando o mesmo; 2- Que o  
104 Estado repasse recursos para a área da assistência social a todos os municípios; 3- Que a SST co-  
105 financie os benefícios eventuais, que atualmente só contam com recursos do município; 4- Que o  
106 Estado incentive com recursos financeiros os municípios de pequeno porte para a construção de  
107 CRAS; 5-Que a SST cumpra o seu papel junto aos municípios, fazendo um processo de capacitação  
108 permanente; 6- Que o Fundo Social repasse recursos para o FEAS para atender as calamidades,  
109 conforme previsto na LOAS ; 7- Que as regionais tenham equipe de técnicos com formação e  
110 entendimento da Política de Assistência Social, pois até agora as mesmas não sabem repassar  
111 informações e quem acaba assumindo o papel das SDR's é a FECAM e os próprios municípios; 7-  
112 Que o estado repasse recursos para a operacionalização de Políticas Públicas para as Mulheres,  
113 informando que no estado só temos três casas abrigos, pouquíssimos Centros de Atendimento  
114 Especializado e aproximadamente quinze delegacias especializadas de atendimento à mulher; e  
115 por último que a SST apóie o CEAS para a realização das Conferências. Eunice , técnica da  
116 Prefeitura de Blumenau informa sobre o Prêmio ITAÚ UNICEF, onde o COEGEMAS é parceiro  
117 desde 2003, indicando profissionais da Câmara Técnica, dos Colegiados Estaduais para comporem  
118 equipe avaliadora dos projetos inscritos no referido prêmio.De acordo com as informações de  
119 Vera, Secretária Executiva do Colegiado , já há quatro inscritos com disponibilidade e perfil, sendo  
120 necessário um número maior de técnicos para concluir as indicações do Colegiado de SC. Não  
121 havendo mais informes a Coordenadora da CIB agradece a presença de todos e salienta que  
122 Política Pública exige recursos e que para tanto é necessário a união e pressão do CEAS, da CIB, do  
123 COEGEMAS, enfim de todos os protagonistas desta política. Nada mais havendo a tratar, eu,  
124 Valéria Carvalho lavrei a presente ata. Em apenso, lista dos participantes.